

ATA CONJUNTA DA 11ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA PARA ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS, EM CONJUNTO COM AS CT. DE OUTORGA E ÁGUAS SUBTERRÂNEAS REALIZADA NA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, EM BRASÍLIA.

DATA: 25 / 10 /2000 **Início:** 10:40 horas **Término:** 18:50 horas

PARTICIPANTES :

Ministério do Meio Ambiente: Júlio Thadeu Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Renato Amaral Braga da Rocha (bragarocha@mj.gov.br)
Conselho Estadual de S. Paulo : Anícia Aparecida Pio (apio@sp.gov.br)
Conc. e Geradoras de E. Elétrica : Martha R. Von Borstel Sugai (martha@mail.copel.br)
Comitês, Consórcios e Associações: Airton Bodstein de Barros (bodstein@iname.com)

CONVIDADOS

Raquel Scalia Alves Ferreira (raquels@aneel.gov.br)
Jorge Enoch Furquim Werneck Lima (werneck@aneel.gov.br)
Juliana Rudich Rehfeld (jrehfeld@angloamerican.com.br)
Décio Michellis Júnior (rela@zaz.com.br)
Demetrios Christofidis (d.christofidis@brhs.com.br)
Roberto Alves Monteiro - roalmonite@uol.com.br
Mauri Cunha Lima – mauri.lima@transportes.gov.br
Rejane Beatriz de Abreu e Silva Lima – rejane@zaz.com.br
Leila Carvalho Gomes – lgomes@sp.gov.br
Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas – vargasma@zaz.com.br
Jorge Portella Duarte GGEET(TIETÊ0- jpduarte@aesc.com
Alexander Max Figueiredo de Sá – CHESF – alexdesa@chesf.gov.br
Julianna R. Rehfeld – jrehfeld@angloamerican.com.br
Marcelo Vilela – marcelovilela@angloamerican.com.br
José Mendo Mizael de Souza – ibram@tba.com.br
Éber Casado de Araújo – eberc@uz.cmm.com.br
César Augusto P. Grandchamp – cpg@mbr.com.br
Leandro Quadros Amorim – lqa@mbr.com.br
Luiz Carlos S.S. Rodrigues Filho - lzcarrod@bndes.gov.br
Emy Guimarães de Lemos – dpc@montreal.com.br
Ronaldo Vianna da Silveira – rvianna@bndes.gov.br
Emanuel Teixeira de Queiroz – emanuel@dnpm.gov.br
Agostinho F. Sobreiro Neto – afneto@cverd.com.br
Isaura M. V. Pinho – isaura@cverd.com.br
Olga Cecília Nunes Souza – olgan@cverd.com.br
Maria Cristina Yuan- crisyuan@ibs.org.br
Maria Luíza Werneck- mwerneck@mail.cni.org.br
Célia Cristina Moura Pimenta – celiacristina@terra.com.br
Paulo Roberto Ungaretti- pauloungaretti@terra.com.br
Celso Dutra Rodrigues – celso.rodrigues@mma.gov.br
Luziel Alves – shaine@zaz.com.br
Airton Bodstein de Barros – bodstein@com.uff.br
José Silvério da Silva – silverio@agricultura.gov.br
Elcio Linhares Silveira – elciols@uol.com.br
João Carlos Simanke de Souza – jsimanke@sabesp.com.br
Jorge Henrique A . Prodanoff- jprodanoff@yahoo.com.br

Devanir Garcia dos Santos- devanir.santos@mma.gov.br
Agostinho F. Sobrinho Neto – afneto@cvrld.com.br
Maria Camem Aleixo – mcarmem@cvrld.com.br
Francisco Antonio Braga Rolim – frolim@snirh.gov.br
Isaac Góes de Queiroz – isaac@longnet.com.br
Marco Alexandre S. André – marcoalexandro@yahoo.com.br
Arnóbio Viana David – avdavid@uol.com.br
Marcelo Taylor de Lima – marclima@horiz.com.br
Maria de Lourdes Pereira dos Santos- iude@igam.mg.gov.br
João Salles – jsrsalles@terra.com.br
Luiz Amore amore@tba.com.br

Relatora:

Diane Mara Ferreira Varanda Rangel-SRH (diane.rangel@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

O Presidente da Câmara Técnica para Assuntos Institucionais e Legais, Dr. Júlio Thadeu abriu a reunião agradecendo a presença de todos, informou que o Presidente da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos de Outorga e Ações de Regulação estava ausente por ter compromisso de última hora no Rio de Janeiro. Solicitou a inversão de pauta para colocar em discussão primeiro a Proposta de Resolução de Planos de Recursos Hídricos, o que foi aprovado, sendo em seguida iniciada a discussão desta Proposta. Dr.^a Isaura questionou a necessidade desta Resolução ter remissão ao Termo de Referência para elaboração dos Planos de Recursos Hídricos, colocando ainda que a Proposta de Resolução anterior era mais detalhada, podendo ser usada como documento único. Dr. Júlio informou que o grupo de trabalho criado para discutir esta proposta, ao final das discussões, concluiu não ser necessário constar na proposta os termos de referência, mas considerou necessário para o gerenciamento que se tenha diretrizes com conteúdo mínimo para que seja possível compatibilizar e integrar as informações e dados no Plano. Dr. Devanir pediu a palavra e informou que há muitas variações que não constariam no Termo de Referência. Dr. Júlio falou que para ele, ao constar “diagnóstico de recursos hídricos”, fica claro do que se trata. Dr.^a Isaura argumentou que quem lida com diversos Órgãos de Meio Ambiente, reconhece que existem linhas de trabalho e entendimentos diferentes e finalizou dizendo que dever-se-ia ter um documento que deve estar entre a Proposta de Resolução e o Termo de Referência. Dr. Alexandre colocou que o Plano da Bacia deveria ser uma síntese dos Planos Setoriais, sendo o Comitê responsável pela consolidação destes no Plano de Bacia e que, em se tratando do prognóstico, este também seria setorial. Dr. Devanir informou que o Plano trabalha a disponibilidade e a demanda e faz uma priorização das ações setoriais através das Audiências Públicas. Dr. Airton colocou que cada setor usuário faz seu planejamento setorial e o Plano de Bacia é mais do que a junção dos planos setoriais. Dr.^a Martha colocou que cada setor vai ter seu plano de ação setorial que devem estar contidos no Plano de Bacia. Após as discussões, Dr. Júlio fez uma proposta de encaminhamento: 1º Ampliar a Resolução incluindo as diretrizes mínimas; 2º Tornar o Termo de Referência obrigatório, portanto contido no texto da Resolução; 3º Ampliar e recomendar a consulta ao Termo de Referência. Dr. Júlio colocou que é necessário tomar muito cuidado para não se detalhar demais uma Resolução de caráter nacional e assim dificultar a adequação às realidades locais. Dr. Devanir colocou que a inclusão do Termo de Referência no texto da Resolução foi solicitado pelos Estados. Dr.^a Isaura lembrou que é este o fórum para fechar as Propostas de Resolução antes de ir para Plenário. Dr. Airton colocou que é necessário dar encaminhamento à Proposta visando colocar a necessária urgência com o objetivo de se ter uma diretriz básica para

as bacias. Propôs ainda que deve-se ter essa diretriz básica anexada à Resolução. Dr.^a Martha colocou que sua preocupação é de se fazer menção ao Termo de Referência no documento orientativo. Dr. Roberto propõe uma alternativa: referenciar na Resolução o Termo de Referência como indicativo de procedimento e ter-se uma diretriz geral no corpo da resolução. Dr. Duarte colocou que ao se detalhar demais a Resolução, o equilíbrio ficará impossível, mas que é urgente ter-se uma referência básica, que deverá ser dada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ressaltando que, mesmo que a solução não seja ótima o importante é ter-se uma diretriz. Dr.^a Anícia colocou que concorda plenamente com o Dr. Duarte e que há consenso quanto à necessidade de agilização na aprovação de diretrizes gerais a serem estabelecidas no âmbito da Resolução contemplando a observância de seguir o Termo de Referência básico. Dr. Júlio colocou as alternativas para encaminhamento: 1º aprovar a Resolução como está, sendo obrigatório considerar o Termo de Referência; 2º não constar da Resolução o Termo de Referência e ampliá-la no que for necessário; 3º ampliar o detalhamento na Resolução e ainda fazer menção ao Termo de Referência sem obrigatoriedade. Dr.^a Martha colocou o problema de tempo, porque se não aprovarmos esta proposta, será necessário realizar nova reunião para avaliar. Dr. Devanir colocou a vantagem de se chamar o Termo de Referência como anexo para agilizar. Dr. Roberto defendeu manter a redação com referência ao Termo de Referência que poderá ser ajustado posteriormente. Dr.^a Anícia sugeriu que o Termo de Referência deverá ser aprovado no âmbito do Comitê. Dr.^a Isaura colocou sua preocupação com a Resolução, se não explicitar qual o conteúdo mínimo, porque o Termo de Referência é bastante completo, não devendo ser aprovado um anexo, sem a prévia aprovação das Câmaras Técnicas. Dr. Júlio colocou a necessidade de se conseguir uma alternativa que seja consenso e propõe: 1ª alternativa: ampliar texto da Resolução e eliminar Termo de Referência (esgota o assunto na própria resolução); 2º explicitar o que está dubio e citar o Termo de Referência. Dr.^a Anícia propõe que façamos a convergência aprovando a 2ª proposta, Dr.^a Isaura colocou que é necessário ampliar o texto da Proposta porque a versão 8 da Proposta, está muito resumida. Dr.^a Maria Luiza colocou que para constar na Resolução é necessário que o Termo de Referência tenha número e seja referência legal. Dr. Júlio colocou que é necessário discutirmos o conteúdo pois até agora só discutimos forma. Dr. Júlio propõe intervalo para almoço e que se trabalhe nesse período uma nova proposta. Dr.^a Fátima comprometeu-se a remeter por e-mail o Termo de Referência para os integrantes das Câmaras Técnicas. Após o intervalo, a reunião foi reiniciada com Dr.^a Diane presidindo e Dr.^a Anícia relatando. Colocadas todas considerações, foi acordado por consenso que a 2ª alternativa atende a todos os setores contendo a ampliação e especificação ficando acordado que até o dia 27/11 a Gerência de Planos se comprometeu a enviar uma nova versão da Resolução, incluindo artigos com especificações mínimas e diretrizes gerais, bem como, alterações do § 1º colocando apenas a necessidade de consulta do Termo de Referência. Foi acatada proposta de inclusão de artigo apresentado pela Dr.^a Isaura na reunião da Câmara Técnica de Outorga. Agendada nova reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucional e Legal em conjunto com a Câmara Técnica de Procedimentos e Ações de Outorga e Regulação para o dia 09.11.2000 às 9.30 horas, com objetivo de discutir a nova Proposta de Resolução de Planos. Passou-se a discutir a seguir a versão 5, de 18.10.00, da Proposta de Resolução de Diretrizes para outorga de uso da água, seguindo-se a ordem dos artigos. Após várias discussões foi aprovado o texto da Proposta de Resolução de Outorga, anexo 1 (versão 6). Dr. Júlio voltou a presidir a reunião colocando em pauta a análise da Proposta de Decreto que regulamenta a Lei 9433, de 1997. Dr.^a Maria Luiza solicitou questão de ordem, colocando que este decreto refere-se apenas a rios de domínios da União, pois os critérios gerais devem ser definidos, conforme Art.35 da Lei 9433, de 1997, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, colocando ainda que esse decreto, como está escrito, vai contra a Lei. Dr.

Júlio colocou que devemos fazer a análise do conteúdo técnico. Dr. Roberto sugeriu que o início deveria ser mudado para tirar o caráter nacional, e tratar dos rios de domínio federal, uma vez que, da forma como está proposta, a regulamentação é nacional. Dr. Júlio propõe que a análise da minuta de Decreto seja avaliada nos termos da Proposta de Resolução de Outorga. Assim sendo, os artigos e dispositivos que foram aprovado pela Resolução (desde que não conflitantes) permanecerá na redação da Resolução. Dr. Júlio propõe que se estabeleça como título do capítulo II: Da outorga de direitos de uso de Recursos Hídricos de domínio da União. Foi acordado que a discussão será feita da seguinte forma: 1º Suprimir o que se refere aos Estados; 2º Redação que for similar e não conflite com o texto da resolução deverá permanecer e o que for mais restritivo que a Resolução pode e deve permanecer com no texto do Decreto. Foi discutido até o artigo 20, anexo 2, devendo ser agendada nova reunião para continuar a análise. Dr. Júlio deu por encerrada a reunião e agradeceu a presença e o empenho de todos.

Aprovada na 17ª reunião em 15/03/2001.

JÚLIO THADEU KETTELHUT
Presidente

DIANE MARA F. V. RANGEL
Relatora